

MEMÓRIA DISCURSIVA E SENTIDOS DE INTERVENÇÃO MILITAR NO BRASIL NO SÉCULO XXI

DISCURSIVE MEMORY AND MEANINGS OF MILITARY INTERVENTION IN BRAZIL IN THE 21ST CENTURY

MEMORIA DISCURSIVA Y SIGNIFICADOS DE LA INTERVENCIÓN MILITAR EN BRASIL EN EL SIGLO XXI

Antônia de Jesus Alves dos Santos¹

Resumo

Partindo do pressuposto de que a comunicação midiática cumpre importante função social, discute-se no presente texto, a partir de artigos jornalísticos publicados na imprensa nacional, a relação entre sentido e memória discursiva. Diante da crise política que começou a se desenhar em 2013 e marca ainda hoje a conjuntura política e econômica do Brasil, dos discursos sobre intervenção militar materializados nos artigos selecionados, e tomando o conceito de memória discursiva da Análise do Discurso pecheutiana, busca-se aqui uma compreensão sobre os sentidos de intervenção militar mobilizados por esses dizeres.

Palavras-chave: Análise do Discurso pecheutiana; Memória Discursiva; Texto Midiático; Intervenção Militar.

Abstract

Assuming that media communication plays an important social function, it is discussed in this text, from newspaper articles published in the national press, the relationship between meaning and discursive memory. Given the political crisis that began to take shape in 2013 and marks the political and economic conditions in Brazil today, the speeches about military intervention materialized in the selected articles, and taking the concept of discursive memory of the pecheutiana Discourse Analysis, we seek to an understanding of the meanings of the military intervention mobilized by these sayings.

Keywords: The pecheutiana Discourse Analysis; Discursive memory, Media text; Military intervention.

Resumen

Basado en el supuesto de que la comunicación de los medios juega un papel social importante, este artículo analiza, a partir de artículos periodísticos publicados en la prensa nacional, la relación entre el significado y la memoria discursiva. En vista de la crisis política que comenzó a tomar forma en 2013 y aún hoy marca la situación política y económica en Brasil, los discursos sobre intervención militar se materializaron en los artículos seleccionados y tomando el concepto de memoria discursiva del Análisis del Discurso pecheutiano, buscamos aquí Una comprensión de los significados de la intervención militar movilizada por estos dichos.

¹ Mestranda em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Docente pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Palabras clave: Análisis del discurso pecheutiano; Memoria discursiva; Texto multimedia; Intervención militar

Introdução

A comunicação midiática, em especial contemporaneamente, integra sujeitos, grupos sociais, nações, contribuindo no processo de reelaboração cultural e no acesso à informação. A mídia particulariza um novo espaço da sociabilização humana e seus efeitos sobre o comportamento e o pensamento dos indivíduos é fato comumente discutido. Vicente (2009, p. 43), para quem um acontecimento dado “existe em função do relato feito dele”, chega mesmo a considerar a comunicação midiática “uma das formas mais efetivas de integração social” (Ibid., p. 41), sinalizando aí a atuação dos meios de comunicação na construção da realidade social. E é, em face da importância da mídia nos modos como o sujeito interpreta a realidade, que se faz essencial investigar alguns aspectos referentes à relação da mídia brasileira com a onda de reivindicação por intervenção militar que se anunciou diante do atual cenário político do Brasil.

Em junho de 2013, protestos realizados em grande parte do país deram início a uma crise política e econômica já tida como a maior crise enfrentada pelo Brasil desde o processo de Redemocratização política (início dos anos 80). Tais protestos, também conhecidos como jornada de junho, que inicialmente reivindicavam a redução da tarifa dos transportes públicos, ampliaram os debates para temas como violência policial, corrupção e gastos públicos. Em 2014, a crise se intensifica: a operação lava jato é deflagrada pela Polícia Federal e exerce papel fulcral no quadro que se segue; a então presidente Dilma Rousseff, mesmo com a queda da popularidade, é reeleita para o mandato de 2015-2018, gerando uma onda de insatisfação de agentes políticos, econômicos e midiáticos que viam o afastamento da presidente como uma medida imperativa para a retomada do crescimento econômico do Brasil. Em agosto de 2016, a então presidente Dilma Rousseff é destituída do posto de Presidente da República através de *impeachment*. Nessa conjuntura, em meio a petistas, antipetistas, pró-Dilma, pró-*impeachment*, começam a povoar a cena autores diversos reivindicando intervenção militar, essa sendo apresentada como a solução para a crise governamental enfrentada pelo país. Junto aos protestos que se seguiram,

dentre as disputas políticas e ideológicas que alimentavam a crise e eram alimentadas por ela, os debates sobre intervenção militar se fizeram crescentes.

Com base no exposto, no texto que por hora se apresenta, pretende-se refletir acerca de construções discursivas sobre possível intervenção militar no Brasil, procurando verificar como se processa a relação entre memória discursiva e sentido em discursos midiáticos sobre intervenção militar no país. Para tanto, serão examinados artigos jornalísticos publicados na imprensa nacional (*O Tempo*, 2015; *G1*, 2015;). O aporte teórico selecionado é Análise do Discurso de linha pecheutiana, por considerá-la um campo extremamente produtivo para descrição e interpretação de efeitos de sentido em determinadas condições históricas. No dispositivo teórico selecionado, utiliza-se aqui a noção de memória discursiva.

Sobre o corpus

As discussões aqui empreendidas acontecem a partir de dizeres constantes em imagens de faixas utilizadas em protestos contra o governo do PT em 15 de março de 2015 e foram retiradas de artigos jornalísticos publicados na mídia nacional, em suas plataformas digitais. A primeira imagem foi veiculada no Jornal *O Tempo*, publicado na mesma data dos protestos, 15 de março de 2015. O artigo, sob título “Manifestação contra o governo reúne 24 mil pessoas em BH”, aponta que o dia de protestos na capital mineira foi marcado por panelaços, apitaços e buzinaços, pedindo o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. Este artigo traz, logo no início, uma foto da manifestação cujo momento capturado exhibe um aglomerado de pessoas - trajando verde e amarelo em sua maioria – portando faixas, bandeiras e cartazes. Dentre as faixas, duas se encontram em destaque na imagem: uma, com fundo branco, com os dizeres “INTERVENÇÃO MILITAR JÁ!!”, grafados em verde com sombreado amarelo; outra, com fundo branco, contendo os dizeres “ACORDA BRASIL!! E COMECE A IMPLORAR, REZAR E ORAR POR INTERVENÇÃO MILITAR!! SENÃO VAMOS PERDER O NOSSO BRASIL E NOSSAS VIDAS. INTERVENÇÃO MILITAR JÁ!!” grafados nas cores vermelho, preto, azul e verde (Fig. 1).

A segunda imagem consta no artigo de título “Manifestantes no Recife pedem intervenção militar no Brasil”, veiculado no portal *G1*, na mesma data e, segundo

informações constantes no artigo, os manifestantes pediam “Intervenção militar constitucional”, uma vez que, “por ser comunista” (G1, 2015) a presidente Dilma Rousseff, somente uma intervenção militar poderia salvar o Brasil de uma ditadura comunista. O artigo traz três fotos em seu corpo e, dentre elas, a terceira será um dos objetos de análise. A foto contém a imagem de três mulheres, trajando verde/amarelo, segurando uma faixa com fundo amarelo com os dizeres “CONTRA A DITADURA BOLIVARIANA E O COMUNISMO INTERVENÇÃO MILITAR JÁ! EXÉRCITO QUEREMOS NOSSO PAÍS DE VOLTA”. A terceira mulher, posicionada entre as outras duas, acena com a bandeira do Brasil (Fig. 3).

Como se percebe, os dizeres das três faixas reivindicam intervenção militar e a apresentam como único meio para salvar o Brasil de uma “ditadura comunista”.

A opção pela plataforma digital para seleção do material que constitui, aqui, objeto de análise se deve à conjuntura que vem envolvendo o jornalismo. Pesquisas em ciberjornalismo tem apontado na direção de uma grande expansão dos jornais para outras plataformas além da impressa, numa relação direta com o avanço das mídias digitais nas últimas décadas. O jornalismo multiplataforma chega mesmo a ser visto com elevada importância para a sobrevivência de grandes veículos jornalísticos, que vêm, cada vez mais, se adequando às transformações tecnológicas e aumentando as plataformas de atuação. Faz-se importante apontar as características do jornalismo digital (FERNANDES, 2017): hipertextualidade – possibilidade de se conectar a outros conteúdos através de *links* que direcionam o leitor à outros textos, tornando vastas as possibilidades de conexão; multimídia – uso combinado de diversas linguagens; interatividade – possibilidade de diálogo e discussão, exploração do conteúdo; instantaneidade – agilidade de disseminação da informação; personalização – organização dos conteúdos desejados de acordo com as preferências de cada leitor, percursos individuais de leitura; memória – arquivo das informações disponíveis referente à dada notícia; ubiquidade – própria da conectividade contínua da era digital, refere-se à capacidade de estar simultaneamente em vários locais. Nesse contexto, alguns dos resultados são o aumento da velocidade de circulação e do poder de alcance das notícias, assim como a geração de novos modos de consumo dos produtos midiáticos, transformando a relação entre leitor e notícia.

A memória discursiva e os sentidos de intervenção militar em *O Tempo e G1*

Com base em Orlandi (2010) e seguindo os postulados da Análise do Discurso de orientação pecheutiana (AD), a linguagem não é transparente, ela só adquire sentido no interior das formações discursivas e ideológicas em que os discursos são produzidos. O que pode e deve ser dito em um domínio de saber específico é orientado pela formação discursiva (FD), estando atuante, também, a memória discursiva, responsável por conservar o que deve ser dito e esquecer o que não favorece aos saberes da FD. O discurso manifesta uma memória coletiva na qual os sujeitos são inscritos, a memória discursiva, que é uma memória social e constitui condição para o funcionamento discursivo. Assim, todo discurso é produzido na mobilização de dois eixos: o da constituição – interdiscurso – e o da formulação – intradiscurso. O interdiscurso é o conjunto de discursos existentes sobre dado dizer, está no âmbito da memória e possibilita e determina o intradiscurso – essa memória discursiva é filtrada pela ideologia do sujeito discursivo. O intradiscurso diz respeito ao que está sendo dito no momento dado e nas condições dadas. Como o dizer não é propriedade particular, a produção dos discursos, no eixo do interdiscurso, lança mão de um processo que é estruturante para esse eixo da produção - o esquecimento. Há duas formas de esquecimento: o esquecimento n. 1 é de ordem ideológica e dá ao sujeito a ilusão de ser a fonte de seu dizer, por esquecer que está assujeitado a uma FD; e o esquecimento n. 2 é da ordem da enunciação e refere-se ao apagamento de sentidos não favorecidos pela FD na qual o sujeito se inscreve no ato da enunciação, levando o sujeito a acreditar que pode controlar os sentidos de seu discurso.

Nesse sentido, tomamos a afirmação de Pêcheux de que “Toda Formação Discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas” (PECHÊUX, 1997, pg. 162). Esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas constitui o que ele denomina de interdiscurso e que aqui é tratado como sinônimo de memória discursiva. Dessa forma, a linguagem evoca sentidos pré-construídos que são ecos do interdiscurso, dessa memória do dizer. O sentido se constitui mediado por essa memória. Ele é construído no entrelaçamento de aspectos

referentes ao acontecimento e às posições assumidas pelo sujeito no interior desse acontecimento.

É interessante pensar no contexto histórico e social, nas condições de produção que possibilitam a realização desses dizeres. Assim como refletir sobre que sentidos pré-construídos esses dizeres atualizam, negam ou transformam.

Santos (2009), em trabalho que retoma conceitos de Stuart Hall sobre identidade cultural na pós-modernidade, defende que os meios de comunicação constituem, atualmente, um sistema cultural fundamental, que age para além de simplesmente reproduzir a realidade, mas a define no momento em que seleciona, organiza e molda o conteúdo simbólico apresentado, revelando um empreendimento reflexivo. Colaborando com o curso das discussões até então aqui empreendidas, trabalhos realizados por Holfeldt, Martino e França (2001) apontam que assuntos selecionados pela mídia são, a médio e longo prazo, inseridos nos interesses pessoais e nas discussões da sociedade, enquanto assuntos não debatidos tendem a ser esquecidos. Somado a esse entendimento, todo enunciado é filiado a uma rede de memória e ao ser repetido, de acordo com suas condições de produção, vai produzir um efeito de memória que atualiza, transforma, nega, silencia ou rompe com enunciados já ditos. Considerando os enunciados presentes nas faixas apresentadas, os sentidos possíveis de serem apreendidos estariam funcionando na atualização de determinado sentido de intervenção militar historicamente inscrito em nossa história?

A memória discursiva não corresponde a um simples conjunto de já-ditos. Longe de se apresentar estável e homogênea, por ela discursos já ditos não só se repetem, mas se deslocam, se desdobram, se reconstróem se seu contexto de produção assim os conduzir. Então, ao enunciar, o sujeito não só repete, mas também desloca, faz deslizar ou recria sentidos já postos em discursos outros, como anuncia Pêcheux (2010, pg. 56).



Figura 1: Manifestações de 2015



Figura 2: Manifestações que antecederam o período ditatorial (1964 a 1985)

Observando as duas imagens (Figuras 1 e 2), é possível a compreensão de que os dizeres constantes nos dois casos se filiam a discursos que defendem, que apoiam o regime de intervenção militar e que o compreende como uma garantia de “ordem”, “progresso” e manutenção de determinada conjuntura política e social.

O sentido não existe por si, a priori, mas se relaciona com questões de natureza ideológica, histórica e social que fazem com que as palavras signifiquem no interior de formações discursivas determinadas. Desse modo, as palavras mudam de sentido de acordo com a FD no interior da qual são enunciadas. É partindo dessa compreensão, desse olhar, que trato a relação entre memória discursiva e produção de sentido, considerando que os sentidos são determinados pela relação que estabelecem com a FD a que se filiam e com a memória.



Figura 3

Na faixa acima (Figura 3), com base no que está posto linguisticamente, é possível inferir que: determinado grupo de brasileiros teve “seu” país usurpado; esse processo está vinculado a uma espécie de ditadura comunista; o exército, por meio de intervenção militar, pode devolver-lhes o controle do país; esse regime de intervenção militar que será utilizado na “retomada” do país não constituirá ditadura. A própria caracterização dos sujeitos presentes na cena fala bastante de seu lugar discursivo e ideológico se considerarmos que, nesse cenário, o arranjo verde/amarelo ganhou conotações ligadas a dado grupo político e todo um posicionamento ideológico a ele vinculado. O sujeito discursivo que aqui se manifesta identifica-se passivamente com uma formação discursiva controlada por saberes cujos sentidos mobilizados dizem respeito à salvação, controle da crise, “retomada do progresso”, deixando apagados os sentidos relacionados à falta de liberdade, repressão, tortura, assassinatos que marcaram os períodos anteriores de intervenções militares pelos quais o país já passou.

O trabalho da ideologia no discurso jornalístico se reflete no imaginário de que os fatos falam por si, criando o mito da objetividade jornalística. Ao discutir uma teoria social da mídia, Thompson (1998) distingue quatro tipos principais de poder (econômico, político, coercitivo e simbólico) funcionando em sobreposição, de modo complexo e variado, e que se referem às variadas atividades nas quais os seres humanos se ocupam, e os diversos tipos de recursos de que se servem no exercício do poder. Nessa conjunção, ele localiza o poder simbólico como “a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas.” (THOMPSON, 1998, p. 24). As instituições da mídia (ao lado das

instituições religiosas e escolares) detêm esse tipo de poder e dispõem, como recurso, dos meios de comunicação e informação.

Apoderando-se de mensagens e rotineiramente incorporando-as à própria vida, o indivíduo está implicitamente construindo uma compreensão de si mesmo, uma consciência daquilo que ele é e de onde ele está situado no tempo e no espaço. (THOMPSON, 1998, p. 45).

Lentamente e de modo imperceptível, pela ação das relações de poder e pelos discursos, o sujeito vai ativamente se modificando através de mensagens e do conteúdo significativo oferecido pelos produtos midiáticos, principalmente. Numa conjuntura discursiva, o silêncio não é vazio, mas gerador de sentido. Ele é revelador do lugar de onde falam ou calam os sujeitos discursivos. Considerando a atuação de determinada parcela da mídia brasileira na abordagem das discussões referentes à intervenção militar, esse poder de que dispõe tem atuado em prol de discursos a favor de intervenção militar, colocando na arena discursiva questões que associam a tomada do controle do país por militares, a noção de reestabelecimento da ordem, uma ordem representativa de dado grupo social, que teria sido abalada por ações de um governo de esquerda (ou comunista, como aparece referido em alguns momentos). Nesse processo, sentidos outros também possíveis de ser mobilizados, mas que não favorecem aos saberes das formações discursivas postas em cena, são silenciados, como é o caso dos sentidos relacionados ao cerceamento de liberdades comumente relacionados a regimes militares.

Considerações finais

Refletir, na historicidade desses discursos, o processo pelo qual o seu modo de inscrição histórica os configura (se configura) como discurso de opressão, discurso de repressão, discurso de salvação, discurso de reestruturação, ou qualquer outro conjunto regular de saberes possíveis de serem apreendidos das materialidades investigadas, favorece a compreensão das relações que se estabelecem entre os atuais discursos de intervenção e aqueles que circularam no cenário pré golpe militar de 1964. Os discursos de intervenção militar materializados nos dizeres das faixas aqui apresentadas, assim como suas condições de produção, acionam uma memória histórica e social que parece

manter relações bem próximas com o contexto histórico-discursivo do período ditatorial iniciado em 1964. Por meio do papel da memória discursiva na tomada de posição dos sujeitos no discurso, percebe-se, nos textos analisados, uma atualização de sentidos sofrido pelo termo “intervenção militar”, ao tomar intervenção como ação, necessária e urgente, das forças armadas para reverter, ou impedir, um cenário político-econômico-social marcado por um suposto golpe comunista. Uma intervenção das forças armadas que pretensamente devolvesse o controle do país a determinado grupo social. Como é inerente ao funcionamento discursivo, tanto hoje quanto outrora, os perigos e consequências relacionados a alguns regimes militares são sentidos não permitidos pelas formações discursivas aqui manifestas.

As discussões aqui empreendidas e que, por hora, se encerram, integram um conjunto de investigações iniciais de trabalho de pesquisa que tem como proposta compreender a relação entre memória, silêncio e sentido em discursos midiáticos sobre intervenção militar no Brasil. Tomando emprestado de Vicente (2009) o entendimento de que os meios de comunicação, ao desenvolverem-se, alcançaram as relações de poder existentes, transformando a natureza das representações do mundo simbólico, dando notoriedade às produções veiculadas, que acabaram sendo usadas pelos grupos detentores do poder para legitimar posicionamentos e pontos de vista do seu interesse, cabe refletir, acerca dos artigos, sobre as estratégias que foram empregadas na seleção e organização do texto, considerando todas as linguagens utilizadas. Tal empreendimento não foi objetivo pretendido nesse texto, uma vez que o foco aqui foram os dizeres presentes nas faixas, mas pode e deve constar em propostas futuras.

Referências

BUENO, Felipe; CÂMARA, Luciene; TEIXEIRA, Tâmara. Manifestação contra o governo reúne 24 mil pessoas em BH. **O Tempo**, Belo Horizonte, 15 mar. 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/manifestacao-contra-o-governo-reune-24-mil-pessoas-em-bh-1.1009291>. Acesso em 06 set. 2019.

FERNANDES, Nuno Ricardo. Análise às apps do jornal público: a construção narrativa dos seus conteúdos. CANAVILHAS, João e RODRIGUES, Catarina (Orgs.). **Jornalismo Móvel: Linguagem, géneros e modelos de negócio**. Editora LabCom.IFP: Covilhã, 2017.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. et FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da comunicação** – Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

Manifestantes no Recife pedem intervenção militar no Brasil. **G1**, Pernambuco, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/03/manifestantes-no-recife-pedem-intervencao-militar-no-brasil.html>. Acesso em: 06 set. 2019.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In.: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. 2. ed. Campinas: Pontes Editora, 2010. p. 49 a 57.

PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SANTOS, Raldianny Pereira dos. Sujeito, discurso e ideologia: a constituição de identidades na cultura midiática. **Culturas Midiáticas** – Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, v.2, n.1, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/11694>. Acesso em: 12 fev. 2020.

TELES, E.; SAFATLE, V. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Artigo recebido em: 15 de outubro de 2019

Aprovado em: 04 de março de 2020

SOBRE A AUTORA:

Antônia de Jesus Alves dos Santos é professora e pesquisadora da área de Letras e mestranda do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de discurso e desenvolve pesquisa sobre discurso e mídia.

Contato: antoniajadsantos@gmail.com

ORCID: [0000-0002-7257-1908](https://orcid.org/0000-0002-7257-1908)